

# Documento acusa Cimi de patrocinar retrocesso

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os povos indígenas do Alto Rio Negro "são brasileiros que defenderão seus interesses dentro do contexto brasileiro e sob a égide das leis brasileiras", repelindo "com veemência a tutela, a defesa, a orientação, a representação não concedida, a falsa identidade de propósitos de indivíduos ou organizações". Estas afirmações estão contidas em documento divulgado ontem, no gabinete do presidente da Funai, pelo presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Amazonas), Edgar Fernandes Rodrigues, que também denunciou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) como "um patrocinador do retrocesso" ao querer impedir a mineração na região.

O documento, lido na presença do presidente da Funai, Romero Jucá Filho, endossa as denúncias publicadas por O Estado de S. Paulo sobre interesses estrangeiros e religiosos

na área. Edgar Rodrigues, que se apresentou como "descendente de indígenas Baré" e representante de 45 mil índios, afirmou que os índios "não são patrimônio da humanidade nem admitem sua preservação em redoma de cristal".

Ainda conforme o texto divulgado ontem à imprensa, os índios "não são apáticos e nem preguiçosos como querem seus exploradores". E frisa que as comunidades indígenas da região são favoráveis à entrada de empresas mineradoras em suas terras, "porque o índio não tem tecnologia mas precisa explorar suas reservas". Em entrevista, após a leitura do texto, Edgar Rodrigues afirmou que a região que ele representa é muito rica em ouro e que os índios ainda não conhecem qual o valor. Mas que a Mineradora Paranapanema já executa pesquisas minerais na serra da Traíra, no Alto Rio Negro, há cerca de dois anos. Essa empresa, segundo o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, tem processo em

tramitação dentro do órgão, mas a pesquisa se realiza "por consenso da comunidade indígena".

Conforme relato de Edgar Rodrigues, no Alto Rio Negro existem duas missões protestantes atuando: 1 Novas Tribos e a Asa do Socorro. Ambas estariam lutando para preservar os índios em todos os aspectos originais de cultura e meio ambiente e se oporiam à integração. Para o presidente da Funai, a posição oficial do órgão que dirige é não forçar a integração. Mas ele entende que é preciso melhorar a qualidade de vida das tribos e lhes dar acesso à tecnologia e aos recursos que serão explorados de seu subsolo.

Para Romero Jucá Filho, a exploração do minério permitirá às tribos da região receber entre 4% e 6% de participação, dependendo do teor dos minérios. Esses recursos vão formar o Fundo do Patrimônio Indígena, gerido pela Funai e aplicado em 90% na própria comunidade e 10% nas outras que não têm essas riquezas.

## O manifesto apóia extração dos minerais

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Um manifesto assinado por seis senadores e 19 deputados constituintes, dos mais diferentes partidos, pedindo a retirada dos artigos 424 e 427 do projeto de Constituição preparado pela Comissão de Sistematização — que impedem a exploração dos minérios existentes nas áreas indígenas ao mesmo tempo em que deixam vulneráveis as fronteiras e a soberania nacional no Norte — foi entregue ontem ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Segundo os signatários — constituintes do Acre, Amazonas e Rondônia, além de representantes dos Territórios do Amapá e Roraima —, o objetivo do documento é levar à Constituinte "os reclamos das populações dos Estados envolvidos, as quais vêm alertando os seus representantes para os enormes e irreversíveis prejuízos de ordem econômica e social que lhes causará a permanência dos artigos 424 e 427". Ainda de acordo com os autores do manifesto, tais artigos retiram "do processo econômico produtivo 20% da extensão territorial da Amazônia Ocidental brasileira". Permanecendo aqueles artigos, "a Amazônia e as unidades da Federação que compõem a Amazônia Ocidental jamais alcançarão o estágio social e econômico compatível com os das outras regiões do País", afirmam os constituintes. Para eles, é inimaginável que o Brasil não possa conciliar, "mediante legislação ordinária", a atuação de empreendimentos de natureza econômica naquelas áreas, "em perfeita consonância com os interesses e os direitos indígenas sobre essas mesmas áreas".

## 'Exploração mineral não prejudica índios'

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

É possível que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) esteja sendo usado por concorrentes do Brasil na produção de cassiterita (estanho). A afirmação foi feita ontem, no Rio, pelo presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), João Sérgio Marinho Nunes, ao comentar o envio, pelo Cimi, da sugestão popular à Assembleia Constituinte propondo a não exploração das riquezas minerais em regiões habitadas por indígenas. "É evidente, por exemplo, que não interessa aos países asiáticos, como Malásia e Indonésia, que o Brasil amplie sua produção de cassiterita", explicou Nunes, garantindo que a mineração tecnicamente bem conduzida é compatível com a preservação da cultura dos índios.

O presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), José Carlos Bôa Nova, disse que a denúncia do Cimi, de que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) já concedeu a grupos multinacionais 215 alvarás de pesquisa em terras indígenas, não pode ser verdadeira, pois existe uma proibição do governo nesse sentido. O que ocorre, segundo ele, é que após a concessão do alvará de exploração a determinada empresa, a Funai amplia a reserva indígena que passa, a abranger aquela área, surgindo então os conflitos.

Nunes e Bôa Nova participaram ontem de um encontro com a imprensa junto com o chefe da representação do Ibram em Brasília, Lélito Fellows Filho, e o chefe do Departamento de Indústrias Metalúrgicas e de Mineração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e So-

cial (BNDES), Hélio Blak. Segundo o presidente do Ibram os empresários do setor de mineração estão preocupados não só com a questão da proibição da exploração de minérios nas áreas indígenas, mas com outros dois pontos do anteprojeto de Constituição "que inviabilizariam a indústria da mineração no País": a limitação da lavra a prazo determinado e o fim do Imposto Único sobre Minerais, com a introdução da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

Se o direito à lavra for restrito a um prazo determinado, "e a menos que esse prazo seja de 99 anos", ponderou Nunes, as empresas tenderão a fazer a exploração predatória, "extinguindo os filões mais ricos de minério em pouco tempo e deixando os ossos para os outros. As indústrias, preocupadas com o fim do prazo para exploração, evitarão o uso de tecnologia adequada ao bom aproveitamento das jazidas", advertiu ele, acrescentando que o fim do imposto único irá expor as empresas "à cobrança dos estados e municípios e abrir caminho à criação de novos impostos".

Após afirmar que a convivência dos indígenas com a exploração de minerais é compatível, João Sérgio Marinho Nunes sugeriu que a Funai passe a exigir a participação dos índios nos lucros das mineradoras. Em defesa da mesma idéia, o presidente da CPRM citou o exemplo dos índios Caiapós, do Sul do Pará, "já associados a empresas de mineração", e dos Gaviões, às margens da Ferrovia dos Carajás, "em negociação com a Companhia Vale do Rio Doce para receberem pedágio pelo transporte de minério que é realizado através de suas terras".

## E a CNBB procura o SNI

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, procurou o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, e os ministros dos gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto e general Bayma Dennis, para levar-lhes a sua preocupação quanto às denúncias do O Estado sobre a atuação da Igreja e, particu-

larmente, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) nas áreas indígenas ricas em minérios estratégicos e de grande valor comercial.

Os encontros, em separado, foram realizados na última sexta-feira, no Palácio do Planalto, por iniciativa de dom Luciano, informou o ministro Ronaldo Costa Couto. O governo tem todo o interesse em preservar os direitos dos índios, mas o País não pode dispensar suas riquezas, afirmou Costa Couto. O chefe do Gabinete Civil assegurou

que o governo não permitirá, no entanto, a implantação de projetos de exploração mineral em áreas dominadas por tribos primitivas.

Desde o início da divulgação das reportagens sobre a conspiração estrangeira para influenciar os constituintes, no sentido de se limitar a soberania nacional, o presidente José Sarney pediu ao Serviço Nacional de Informações para acompanhar as denúncias. E a Funai também já está tratando da questão com a Polícia Federal.